

Educação indígena no Brasil antes da chegada dos europeus

Antonietta d'Aguiar Nunes¹

Introdução: distribuição geográfica dos indígenas que aqui viviam

Quando o Brasil foi `descoberto`, os europeus já encontraram o país habitado por grupos humanos até então por eles desconhecidos. O nome de índios havia sido genericamente atribuído aos habitantes desta nova terra que Colombo descobrira e depois foi chamada de América, pois Colombo julgara ter chegado às Índias, denominando índios os seus moradores. Este termo se generalizou, passando a ser utilizado por todos os outros europeus que estiveram viajando por este novo continente desde então, referindo-se a todos os povos nativos, ignorando-se a sua diversidade ou denominações grupais distintas.

Aqui no Brasil, depois de ter permanecido alguns dias e deixado um marco da posse portuguesa nestas terras americanas, em sua partida para ir até a Índia, que era o objetivo da sua viagem, Cabral chegou mesmo a deixar dois dos degredados que trazia para ficarem na terra e aprenderem a língua das pessoas que aí viviam, de modo a poderem servir mais tarde de intérpretes para futuras expedições portuguesas.

O povo encontrado por Cabral - sabemos hoje - era do grupo tupiniquim, do tronco linguístico tupi-guarani. Esse e outros grupos indígenas do mesmo tronco linguístico, embora conhecessem a agricultura, tendiam a ter uma grande mobilidade espacial, o que de certa forma dificulta a sua localização precisa num determinado momento histórico, embora vários estudiosos tenham procurado recompor a sua distribuição geográfica.

No geral, ao longo de toda a costa brasileira que vai de São Paulo até o Pará, viviam grupos que pertenciam ao grupo linguístico tupi. Os grupos indígenas que não falavam língua tupi eram designados genericamente pelas tribos tupis como sendo os “jês” ou “tapuias”, divisão esta seguida também pelos europeus.

Os povos indígenas encontrados em nosso território pelos portugueses eram todos ágrafos. A língua tupi foi colocada sob forma escrita pelos jesuítas, que primeiro elaboraram vocabulários para maior fixação e aprendizagem de novos religiosos que fossem trabalhar com os indígenas, e depois chegaram mesmo a escrever Gramáticas da língua tupí, a primeira das quais teve a autoria do padre José de Anchieta (RIBEIRO,1983,p.19/20). Mas era uma

¹ Historiógrafa do Arquivo Público do Estado da Bahia
Profª Drª de História da Educação – FACED / UFBA

língua-tronco, composta pelas raízes das palavras e que era entendida por todos que falavam línguas do mesmo grupo lingüístico, embora povo algum a falasse. Foi uma língua artificialmente construída, como o esperanto, e com a finalidade também de ser entendida por todos.

Os habitantes da então considerada América Portuguesa

Os indígenas com que os portugueses tiveram de início contato viviam todos no litoral brasileiro; os que estavam mais para o interior e eram inimigos dos que habitavam o litoral, eram chamados de tapuias, e os que viviam no litoral eram em geral falantes de línguas do tronco lingüístico tupi. Os grupos do tronco tupi eram conhecidos por diversos nomes. Frei Vicente do Salvador, em sua *História do Brasil* redigida de 1627 a 1630, relacionou-os:

São de diversas nações e nomes; porque os de S. Vicente até o Rio da Prata são carijós, os do Rio de Janeiro tamoios, os da Bahia tupinambás, os do Rio de S. Francisco amoipiras e os de Pernambuco até o Rio das Amazonas potiguares, contudo todos falam um mesmo linguagem e este aprendem os Religiosos que os doutrino por uma Arte de gramática que compôs o padre José de Anchieta, varão santo da Ordem da Companhia de Jesus; é linguagem mui compendiosa e de alguns vocábulos mais abundante que o nosso português (SALVADOR,2008,fl 22v do original)

E no que se refere ao território que hoje compõe o estado da Bahia, os portugueses quando ai chegaram encontraram povos indígenas que pertenciam a três grandes grupos lingüísticos: os **tupi-guarani**, habitantes da costa, os **jê** ou **tapuia**, que viviam no sertão, no interior, e os **cariri**, que viviam na região entre o rio de Contas, no sul da Bahia, o de Itapicuru no norte baiano, e o rio Salitre no oeste do mesmo estado (OTT,1993,p.71). Cada um deles se subdividia em vários sub-grupos locais, com nomes específicos.

Theodoro Sampaio (1955,p.294) afirma que tupi significa o pai supremo, o primitivo, o progenitor. Eram do grupo **tupi**: os tupinambá (viviam da costa de Sergipe até Camamu – SAMPAIO,1955,p.294 e TAVARES,2001,p.19), os tupiniquim (colaterais dos tupis, galho parente dos tupis; viviam de Camamú até o litoral do estado do Espírito Santo – SAMPAIO,1955,p.294 e TAVARES,2001,p.19), os tupiná ou tupinaé (também parentes ou consangüíneos dos tupis – SAMPAIO,1955,p.294), ou ainda tabajara (moradores ou donos das aldeias – SAMPAIO,1955,p.279), viviam na região do rio Paramirim (TAVARES,2001,p.19) e no interior de Pernambuco (RIBEIRO,1983,p.22), os caeté (entre o rio São Francisco e o Paraíba do norte, na região pernambucana (RIBEIRO,1983,p.21) os potiguar, comedores de camarões, e também comedores de excrementos (SAMPALIO,1955,

p.270) viviam no território entre os atuais estados de Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte (RIBEIRO,1983,p.21), os carijó, que na língua geral tupi significava descendente de branco, o que tem mistura de sangue europeu (SAMPAIO,1955,p.192), eram do grupo guarani; viviam no litoral do sul brasileiro, entre o rio Cananéia e a lagoa dos Patos (RIBEIRO,1983,p.21), e os tape (guaranis, habitantes do Rio Grande do Sul).

Tapuia, segundo Theodoro Sampaio (1955,p.285) significa originário das aldeias, de referência aos primitivos habitantes que, pela invasão dos tupis, se refugiaram no sertão. Também chamados de **jês**, de uma família lingüística que se pode dizer genuinamente brasileira por não existir nenhum representante falando uma destas línguas fora de nossas fronteiras (RIBEIRO,1983,p.23). Eram **tapuias**: os aimoré ou botocudos (aimoré, segundo os tupi, botocudos, para os portugueses, se auto-denominavam gueréns e viviam na região dos rios Pardo e de Contas (OTT,1958,p.15 e TAVARES,2001,p.19), os camacã (grupo indígena que no séc. XX se fundiu com os pataxó hã-hã-hães (HOUAISS,2001,579) e nogoió (viviam entre os rios Pardo e o de Contas (OTT,1958,p.17 e TAVARES,2001,p.19), os goitacá (individuo corredor, veloz; gente nômade – SAMPAIO, 1955,p.206), do Rio de Janeiro e Espírito Santo; numa estreita faixa do litoral, espremido entre os tupi (RIBEIRO,1983,p.21); seriam os Puri, Coroado e Coropó do séc. XIX (*Id,ib.*p.23), os guaianá - ancestrais, segundo alguns autores, dos atuais Kaingang - viviam em S. Vicente, estendendo-se desde Angra dos Reis até o rio Cananéia (RIBEIRO,1983,p.21) e os guaiacurú, os índios cavaleiros, na vizinhança do Paraguai (RIBEIRO,1983,p.35/6).

Cariri, que em tupi quer dizer taciturno, silencioso, calado, segundo Sampaio (1955,p.193) é o nome de uma numerosa nação selvagem que outrora dominou grande extensão do Brasil, da Bahia para o norte, concentrando-se mais tarde nos sertões do nordeste. Eram **cariri**: os maracá, paiaíá e sabujá (nordeste baiano até o rio São Francisco – OTT, 1958,p.30); os Tremembé (significa o alagadiço, o embrejado, o encharcado; era o nome de um gentio do Ceará, cujo nome lhe vinha da região alagadiça que ocupava – SAMPAIO,1955,p.292; também habitavam o litoral paraense, do Gurupi ao Camoci – RIBEIRO,1983,p.24).

Ao longo de toda a costa da terra recém `descoberta´ pelos portugueses em 1500, hoje território do estado da Bahia, viveram primitivamente grupos tapuias, substituídos pelos tupis em migração. No tempo em que chegaram as caravelas portuguesas, na região que vai do sul do rio São Francisco até Camamu viviam tribos **tupinambás** e de Camamu para o sul até o Espírito Santo, tribos **tupiniquins**, numa faixa estreita de 5 até 10 kms para dentro da costa.

No interior, no sul do Estado até o rio Jequitinhonha ou o rio Pardo viviam os **Aimorés** (nome dado pelos tupis) ou **Botocudos** (denominação portuguesa), autodenominados **Gueréns**. Ainda no sul, tribos menores, de língua diferente: os **Patachós**. Entre o rio Pardo e o rio de Contas, no interior, os **Camacãs**, totalmente vencidos apenas em 1807 pelo Coronel João Gonçalves da Costa, no lugar até hoje denominado Vitória da Conquista. Todos estes pertenciam ao grupo linguístico macro-jê.

Do rio de Contas até o São Francisco, no interior limitado a oeste pelo rio Salitre, viviam os **Cariris** - de língua bem estudada pelos capuchinhos franceses liderados por Bernardo de Nantes na segunda metade do sec. XVII - e suas sub-tribos dos **Maracás**, mencionados por Gabriel Soares, vizinhos das Camacãs, ao norte, até o vale do Paraguaçu e serra do Sincorá; **Paiaíás**, residentes ao norte do rio Paraguaçu, e os **Sabujás** (moradores em Jacobina velha). Maria Hilda Baqueiro Paraíso (1985,p.13) afirma que no vale do rio Paraguaçu habitava um subgrupo dos cariris denominado Sapuyá (seriam os mesmos Sabujás?)

Mais no interior ainda, situando-se de ambos os lados do rio São Francisco, vivia uma outra cultura indígena a que pertenciam os **Caiapós** e **Acroás** (OTT,1993;13-16).

Dentre os vários grupos humanos encontrados na América portuguesa, ficaram mais conhecidos os do grupo tupi, pois estiveram em contato mais direto com os colonizadores portugueses que, de início, mantinham com eles relações cordiais e de bom entendimento, pois os indígenas ajudavam a cortar o pau-brasil em meio à mata atlântica, tiravam a sua casca preparando-o para serem embarcados nas naus e caravelas que o levava para a Europa, onde servia para tingir panos com uma muito apreciada cor púrpura.

Educação entre os indígenas

A educação das novas gerações equivalia efetivamente a uma socialização destes jovens no grupo cultural onde nasceram, de modo a aprenderem os comportamentos aprovados para cada situação existencial.

A passagem de uma faixa etária para outra ocorria em muitas sociedades indígenas através de ritos. Melatti (1987,p.120) define os ritos de passagem como cerimoniais que marcam a passagem de um indivíduo ou de um grupo de uma situação para outra ou de um mundo cósmico ou social para outro. E prossegue afirmando que um rito de passagem sempre teoricamente se desenvolve através de três fases: a) ritos de separação; b) ritos de transição e c) ritos de incorporação. E ainda define quais são os ritos de passagem: os ligados à gestação e ao

nascimento, os ritos de iniciação, os ritos matrimoniais, os funerais e vários outros, como os relativos à mudança de estação de ano, etc (MELATTI,1987,p.120).

A educação da criança era feita através dos cuidados que lhes eram dispensados pelos mais velhos, de brincadeiras com os companheiros de seu grupo de idade e sexo, e por imitação em relação ao que faziam os adultos e mais idosos. Poderíamos inclusive endossar aqui as afirmações de Aníbal Ponce para o que ele chama de comunidade primitiva:

A sua educação não estava confiada a ninguém em especial, e sim à vigilância difusa do ambiente. Mercê de uma insensível e espontânea assimilação do seu meio ambiente, a criança ia pouco a pouco se amoldando aos padrões reverenciados pelo grupo (PONCE,1995,p.18)

Em sua *História da Educação Brasileira*, José Antonio Tobias não dedica - como também não o faz a maioria dos historiadores da educação brasileira - um capítulo específico à educação indígena, mas coloca o índio como uma das fontes da primeira educação brasileira afirmando inclusive que:

A educação indígena era eminentemente empírica, consistindo, antes de mais nada, em transmitir através das gerações uma tradição codificada. A escola era o lar e o mato; muito mais importantes as lições do exemplo que as das palavras (TOBIAS,1986,p.27)

Frei Vicente do Salvador, [escreveu entre 1627-30] falando em geral sobre a educação dada pelos indígenas às jovens gerações, afirmava:

Logo ensinam aos filhos de pequenos a tirar ao alvo, e poucas vezes tirão a um passarinho que não o acertem, por pequeno que seja. Também os ensinam a fazer balaios, e outras cousas da mecânica para as quais tem grande habilidade, se eles a querem aprender; que se não querem não os constroem, nem os castigam por erros e crimes que cometam, por mais enormes que sejam. As mães ensinam as filhas a fiar algodão, e fazer redes do fio, e nistros para os cabelos, dos quais se prezam muito e os penteiam e untam de azeite de coco bravo, para que se façam compridos, grossos e negros. (SALVADOR, 2008, fl 25 e 25v do texto original)

Procurando estudar a educação autóctone em nosso país, Paula Caleffi (2004,p.36) identifica estas sociedades como tendo nos laços de parentesco, e não no Estado, um dos principais pontos de organização. Nelas, todos os indivíduos têm acesso a todo o conhecimento detido pela comunidade e todos assumem a educação das gerações mais jovens. E todo o tempo ao longo da vida é tempo de aprender; a imitação é um elemento muito importante na educação das sociedades orais.

As crianças seguem os adultos nas mais diferentes atividades, na caça, na coleta, no cuidado com as plantas cultivadas, na pesca. Imitam os adultos e, ao imitá-los, estão imitando os próprios heróis culturais, por foram eles que fundaram todas as formas de fazer as coisas no interior das culturas (CALEFFI,2004,p.41)

E acrescenta:

O ritual constitui-se também num maravilhoso espaço de aprendizagem, pois ali deflagra-se o mundo exemplar, o mundo dos ancestrais míticos e dos heróis culturais. Durante a vida cotidiana as pessoas agem segundo os ensinamentos dos fundadores da cultura, fazendo assim com que a religiosidade esteja presente em todos os aspectos da vida (*Id.,Ib.,p.42*).

O índio Txukarramãe Kaká Werá Jecupé fala das formas de transmissão da cultura:

A memória cultural se baseia no ensinamento oral da tradição, que é a forma original da educação nativa, que consiste em deixar o espírito fluir e se manifestar através da fala aquilo que foi passado pelo pai, pelo avô e pelo tataravô. A memória cultural também e dá através da grafia-desenho, a maneira de guardar a síntese do ensinamento, que consiste em escrever através de símbolos, traços, formas e deixar registrado no barro, no trançado de uma folha de palmeira transformado em cestaria, na parede e até no corpo, através de pinturas feitas com jenipapo e urucum (JECUPÉ, 1998,p.26)

Em sua obra sobre o Brasil que os europeus encontraram, Laima Mesgravis e Carla Pinsky (2000,p.49) chamam a atenção para o total respeito por parte dos índios à vontade do indivíduo contra qualquer necessidade ou pressão da sociedade, com exceção de uma persuasão gentil.

Afirmam ainda, nesta mesma obra e página, que:

Para educar as crianças, os adultos preferiam utilizar-se do exemplo a empregar castigos físicos. Se viam seus filhos sendo castigados fisicamente por algum branco, zangavam-se e imediatamente procuravam levá-lo embora. O mesmo costume de respeitar a vontade do indivíduo para trabalhar estendia-se às crianças, e qualquer tentativa dos jesuítas de mudá-lo por meio de repreensões severas, gritos ou pancadas resultava na imediata reação dos pais indignados.

Júlio Cesar Mellati (1986,p.123/4), tratando dos índios do Brasil, nos conta que várias sociedades indígenas marcavam a passagem do jovem para a vida adulta com certos ritos chamados de iniciação, que também se constituíam em ritos de passagem. Narra a transformação de meninos em guerreiros entre os índios Apinayé, que ocorria em duas etapas com a duração de um ano. Na primeira parte do rito, a de separação, os jovens (de 15 anos) são separados dos demais e recebem instrução diária de dois índios maduros. Depois de algum tempo são novamente trazidos à vida da aldeia em ritos de incorporação. Na segunda etapa, os jovens, agora chamados de guerreiros, ficam em rigorosa reclusão, às vezes até longe da aldeia. Seus instrutores lhes aconselham agora sobre como escolher e tratar a esposa, como

tratar seus colegas, como confeccionar seus enfeites, como devem obedecer aos chefes, etc. marcando os rituais de transição. Ao fim deles são novamente incorporados à vida da aldeia, quando vão ser considerados e tratados como adultos e podem se casar. Em outras tribos, como a dos tupinambá, o jovem só passava a ser considerado homem adulto depois de matar ritualmente um prisioneiro de guerra, o que devia ocorrer quando ele tinha por volta de 25 anos de idade.

Educação entre os tupinambá

As várias “nações” indígenas aqui encontradas e com as quais os europeus mantiveram contato direto, sobretudo as do grupo tupi, embora não possuíssem uma instituição formal dedicada ao ensino das novas gerações, costumavam reunir suas crianças por grupos organizados por sexo e idade. Existem estudos mais numerosos e detalhados a respeito dos tupinambá, que aqui consideraremos.

As categorias de idade, entre eles, embora tivessem alguma diferenciação no que se refere ao sexo, tinham padrões semelhantes quanto à idade: a) recém-nascidos até começar a andar; b) crianças pequenas, até 7 ou 8 anos; c) crianças dos 7, 8 anos até os 15 anos; d) jovens de 15 a 25 anos; e) adultos de 25 aos 40 anos e f) idosos, de 40 anos ou mais. (FERNANDES,1989,p.223)

Os recém nascidos, devido à sua grande dependência da mãe, tinham-na como sua principal fonte de conforto, alimentos e segurança, e também como mentora dos primeiros comportamentos importantes. Ela os lavava, deitava em pequenas redes e alimentava com seu leite e gradativamente com grãos de milho assado por ela mastigados até serem reduzidos a farinha e amassados com saliva antes de por na boquinha dos bebês índios, de modo semelhante ao que fazem os pássaros com sua prole, passando a comida de boca para boca.

Um pouco mais crescida, a criança ria e brincava no colo da mãe e já era alimentado pondo a mãe a comida em sua mão para que ele mesmo a levasse à boca. Quando já engatinhavam ou começavam a andar, a mãe sempre se colocava em posição de onde pudesse ser vista e ver a criança, o que bastava para elas não chorarem. Já quando andavam bem sozinhas, embora tivessem a liberdade de mamar o quanto quisessem, segundo Fernandes,

começavam a comer as “comidas grosseiras, como os grandes e adultos”. Recebiam dos pais arcos e flechas “proporcionais às suas forças” e formavam, com outras crianças da mesma idade, grupos infantis. A principal finalidade destes grupos consistia no adestramento dos meninos no uso do arco e da flecha, por meios informais. Eles próprios obtinham algumas cabaças e treinavam nelas as suas pontarias, “exercitando assim bem cedo os seus braços”. Esses grupos tinham também outras finalidades recreativas. ... As danças e os cantos eram as danças e os

cantos dos próprios adultos; aprendiam os mesmos ainda pequeninos, cabendo as tarefas de adestramento aos próprios pais. ... Quanto às meninas,...também se reuniam constituindo grupos infantis de meninas. Como acontecia em relação aos meninos, o jogo desempenhava uma função educativa de grande importância em seu adestramento. Algumas ainda ajudavam as mães na fiação de algodão. Faziam “uma espécie de redezinha como costumam por brinquedo”, ou amassavam “o barro com que imitam as mais hábeis no fabrico de potes e panelas” (FERNANDES,1989,p.225).

Nesta fase havia em algumas tribos a cerimônia de perfuração dos lábios, quando os meninos tinham de 4 a 6 anos de idade; depois de festas que duravam por três dias, chamavam a criança e lhe diziam que seu lábio seria perfurado para que ele se tornasse um guerreiro valente e prestigiado. A criança espontaneamente deixava que ele fosse furado com um osso pontiagudo e suportava estoicamente a dor, o que indicava que seria mais tarde um bravo guerreiro.

Na fase de pré-adolescência (7, 8 anos até os 15) os rapazes

começavam a acompanhar os pais, tomando parte de seu trabalho e aprendendo com eles os conhecimentos necessários à sua vida social. “Empregam-se em buscar comida para a família, vão às matas caçar aves, e ao mar flechar peixes... ou ostras e outros mariscos e levam para casa. Não se lhes manda fazer isto, porém eles o fazem por instinto próprio, como dever de sua idade, e já feito também por seus antepassados. O pai se tornava o modelo do filho, e seu mestre por excelência adestrando-o e preparando-o para a vida de adulto (FERNANDES,1989,p.226/7)

As meninas igualmente passavam a depender mais estreitamente de suas mães, que lhes serviam de mestras e de modelos das filhas. Aprendiam com elas os afazeres normalmente atribuídos ao seu sexo e passavam por cerimônia de iniciação depois de menstruarem.

Com elas aprendiam as meninas a fiar algodão, a enodar redes, a trabalhar em embiras, a semear e plantar nas roças, a fabricar farinhas, a fazer vinhos, e a preparar comidas e alimentos....As mulheres submetiam-se às cerimônias de iniciação e perdiam a virgindade (via de regra em aventuras pré-nupciais), enquanto pertenciam a esta categoria de idade. A iniciação das meninas púberes começava assim que aparecia o primeiro eflúvio menstrual... As raparigas revelavam grande temor antes de se submeterem aos rituais consagrados, mas depois suportavam com relativa firmeza as provações estipuladas pela tradição tribal (FERNANDES,1989,p.227).

A fase etária que abrange o período dos 15 aos 25 anos, que chamamos de adolescência, tinha também suas formas específicas para a educação dos rapazes e moças da tribo tupinambá, agora já com outro modo de vida distinto do período anterior.

Os rapazes tupinambás entregam-se com todo esforço ao trabalho, acostumam-se a remar, e por isso são escolhidos para tripularem as canoas quando vão à guerra. Os moços fabricavam flechas, caçavam com os cães, flechavam e arpoavam peixes grandes... Frequentavam a *Casa Grande*, onde ouviam os velhos e deviam servi-los;

na *Casa Grande* também podiam dividir, se quisessem, as coisas de sua propriedade com os mais velhos. Este era o período em que mais ajudavam os pais. Os produtos de suas atividades eram totalmente entregues aos progenitores.

As moças, já consideradas mulheres completas, trabalhavam intensamente no grupo familiar, auxiliando sua mãe nos serviços domésticos. Logo recebia proposta de casamento... Assim que se casava, transferia para o marido as obrigações domésticas. Transportava os utensílios necessários à preparação da comida quando não a própria comida e os víveres necessários, em se tratando de grandes jornadas. O aumento do número de esposas do marido podia, contudo, suavizar bastante a dureza da vida das mulheres casadas (FERNANDES,1989,p.229/30)

A partir daí já viviam como os demais adultos do grupo, participando de todas as suas atividades, cerimônias e rituais. Risério, num capítulo inicial sobre os habitantes originais da terra baiana afirma:

A guerra se constituía na atividade por excelência do contingente masculino daquela sociedade, enquanto as mulheres se encarregavam da sustentação do grupo, em termos produtivos. Os homens gastavam o seu tempo, principalmente, em emboscadas e cauinagens. As mulheres eram, sobretudo, domésticas, lavradoras, fiandeiras e ceramistas. Providenciavam o pão de cada dia das aldeias tupinambás (RISÉRIO,2000,p.34).

No capítulo CLIV da sua *Notícia do Brasil*, Gabriel Soares fala da criação que os tupinambás dão aos filhos e relata sinteticamente sua educação:

Não dão os tupinambás a seus filhos nenhum castigo, nem os doutrinam, nem os repreendem por coisa que façam; aos machos ensinam-nos a atirar com arcos e flechas ao alvo, e depois aos pássaros; e trazem-nos sempre às costas até a idade de sete e oito anos, e o mesmo às fêmeas; e uns e outros mamam na mãe até que torna a parir outra vez; pelo que mamam muitas vezes seis e sete anos; às fêmeas ensinam as mães a enfeitar-se, como fazem as portuguesas, e a fiar algodão, e a fazer o mais serviço de suas casas conforme a seu costume (SOUSA,1974,p.170/1)

Falando da educação dos povos indígenas antes da invasão européia a seus territórios, Cláudio Eduardo Felix afirma que a educação entre os tupinambá tinha semelhanças com a de outros povos indígenas e relaciona alguns itens:

- a) em primeiro lugar a presença do jogo como um dos elementos mais importantes da educação indígena. A criança aprende brincando e seu brinquedo é, conforme o sexo, o instrumento de trabalho do pai ou da mãe (p.25).
- b) liberdade das crianças configurada no respeito dos pais por elas;
- c) conhecimento da natureza;
- d) ritos de iniciação;
- e) rituais e linguagem mítica A participação nos rituais constitui-se fonte importante de educação religiosa. O envolvimento e a socialização se dão, também, por meio da música, do canto, das danças que acontecem nos rituais
- f) formação de personalidade específica: algumas pessoas da aldeia costumadamente recebem incumbências de liderança: Page, lideranças.

Essas funções para serem assumidas passam por uma formação, um momento intencional de apreensão e construção de conhecimentos e saberes (FELIX,2007,p.25/6)

À guisa de conclusão

Todo o processo de socialização e passagem da cultura entre gerações dos grupos sociais indígenas era de fato um processo educativo em que: a transmissão oral, a narrativa dos mitos ancestrais, a imitação das atividades dos adultos e a prática de brincadeiras e jogos com outras crianças e jovens do mesmo grupo etário, eram as formas principais de incorporação de cada novo membro à tribo. Nestes grupos sociais indígenas todos os adultos se sentiam responsáveis pelo ensino aos mais jovens, e a aprendizagem se fazia de forma natural, espontânea, sendo desconhecidos os castigos e punições físicas.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ANAÍ-BA (Associação Nacional de Apoio ao Índio – Bahia). **Recontando a história do índio no Brasil**. Salvador: ANAÍ-Ba, 1992. 20 p.
- CALEFFI, Paula. Educação autóctone nos séculos XVI ao XVIII ou Américo Vespúcio tinha razão? in p.32-44 de STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e memórias da educação no Brasil. Vol, I – séculos XVI-XVIII**. Petrópolis: Vozes, 2004. 215 p.
- CUNHA, Manuela Carneiro da, org. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras / Secretaria Municipal de Cultura, 1992. 611 p.
- DEL PRIORE, Mary, (org). **História da criança no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1996.176 p.
- FELIX, Cláudio Eduardo. **Uma escola para formar guerreiros: professores e professoras indígenas e a educação escolar indígena em Pernambuco**. Irecê,BA: Printfox, 2007. 110 p.
- FERNANDES, Florestan. **A organização social dos Tupinambá**. São Paulo: Hucitec / Brasília: Ed.UNB, 1989.326 p.
- FREYRE, Gilberto. **Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil - CASA GRANDE E SENZALA: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal** [1ª ed.,1933]. In SANTIAGO, Silviano. **Intérpretes do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 2002, vol. 2, pp. 121-645.
- HOUAISS, Antonio (org.) **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 2922 p.
- JECUPÉ, Kaka Werá. **A terra dos mil povos – História indígena brasileira contada por um índio**. São Paulo: Ed. Fundação Peirópolis, 1998. 115 p.
- KOSHIBA, Luiz. **O índio e a conquista portuguesa**. São Paulo: Atual, 1994. 83 p. (Discutindo a história do Brasil).
- MAESTRI, Mário. **Terra do Brasil. A conquista lusitana e o genocídio tupinambá**. São Paulo: Moderna, 1993. 95 p. (Col. Polêmica)
- MELATTI, Julio Cezar. **Índios do Brasil**. 5ª ed. São Paulo:Hucitec / Brasília:Ed.UNB,1987. 221 p.
- MESGRAVIS, Laima e PINSKY, Carla Bassanezi. **O Brasil que os europeus encontraram**. São Paulo: Contexto, 2000. 111 p.
- OTT, Carlos. **Pré-História da Bahia**. Salvador: Progresso, 1958. 269 p.

OTT, Carlos B. **Formação e evolução étnica da cidade do Salvador (O Folclore baiano)**. Salvador: Prefeitura Municipal, 1955. 2 vols. V. 1, 238 p. v. 2, 237 p.

OTT, Carlos B. **As culturas pré-históricas da Bahia. Vol. I – A cultura material**. Salvador: Bigraf, 1993. 101 p.

OTT, Carlos B. **As culturas pré-históricas da Bahia. Vol. II – A mitologia**. Salvador: Bigraf, 1995. 89 p.

PARAÍSO, Maria Hilda Barqueiro. **Os Kiriri Sapuyá de Pedra Branca**. Salvador: Centro de Estudos Baianos da UFBA, 1985. 96 p.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. Trad. De José Severo de Camargo Pereira. 14ª ed. São Paulo; Cortez, 1995. 196 p.

RIBEIRO, Berta. **O índio na História do Brasil**. São Paulo: Global Ed., 1983. 125 p. (col.História Popular;13)

RIBEIRO, Berta. **Dicionário do Artesanato indígena**. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. 344 p. (Col. Reconquista do Brasil; 3. série especial v. 4)

RISÉRIO, Antonio. **Uma história da cidade da Bahia**. Salvador: Versal Ed., 2000. 399 p.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**. Edição e Introdução Maria Lêda Oliveira. Rio de Janeiro: Versal / São Paulo: Odebrecht, 2008. 2 v. II.

SAMPAIO, Theodoro. **O tupi e a geografia nacional**. 4ª ed. Salvador: Câmara Municipal, 1955. 304 p.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Notícia do Brasil**. São Paulo: Empresa Gráfica da *Revista dos Tribunais*, 1974. 489 p. (Col. *Brasiliensia Documenta*, org. por Edgard de Cerqueira Falcão, vol. VII)

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: Ed. da UNESP / Salvador: EDUFBA, 2001. 542 p.

TOBIAS, José Antonio. **História da educação brasileira**. São Paulo: IBRASA, 1986. 349 p.